

O papel da dívida pública na desigualdade econômica no Brasil (1990-2010)

Rodolfo G. A. Ribeiro -PUCSP

Luiz M Niemeyer N -PUCSP

Resumo

A fase atual do capitalismo é marcada pelo domínio das finanças, sendo que estas se encontram no centro das relações sociais. O neoliberalismo, que ressurgiu como uma ideologia política no final dos anos 1970, contribuiu para o avanço das finanças na economia. O receituário neoliberal quebra as barreiras e os limites para as finanças e, com a criação de inúmeros mecanismos financeiros, é possível retomar os elevados níveis de rendimento. Um componente importante desse processo de financeirização foi a securitização dos títulos de dívida pública que, juntamente com os investidores institucionais, cresceram exponencialmente nessa etapa do capitalismo. O foco desse estudo é o mecanismo da dívida pública como um fator de concentração de renda em favor dos rentistas.

Palavras-chave: Neoliberalismo, Financeirização, Títulos da Dívida Pública, Rentismo, Desigualdade de renda.

JEL: F34; O15; H63

Introdução

O objetivo do presente trabalho é buscar demonstrar que, após a virada neoliberal e a consolidação da financeirização da economia brasileira, a dívida pública atua como um mecanismo de apropriação da riqueza produzida na sociedade pelas finanças.

A principal hipótese é que esse processo ocorre quando a tributação paga pela sociedade é transferida, por meio da dívida pública, para as classes altas. Um outro fator que pode ser anexado a esse processo é o fato de que a teoria neoliberal – com a ideia de austeridade fiscal que visa, na realidade, o pagamento dos juros da dívida – impossibilita a atuação do Estado em realizar políticas públicas a fim de melhorar a ascensão social. A dívida pública atua em favor das finanças, de modo que esse processo aprofunda a desigualdade econômica. Ou seja, o neoliberalismo foi elemento decisivo para o ressurgimento das finanças rentistas e para possibilitar a quebra das barreiras para o capital financeiro.

Na seção 1, discutimos o conceito de financeirização e seu impacto na distribuição de renda e analisamos a experiência brasileira recente. Na seção 2, discutimos a dívida pública no Brasil como um mecanismo de concentração de renda e gerador de desigualdade. Na seção 3 discutimos aspectos da desigualdade recente no Brasil e depois apresentamos nossas conclusões.

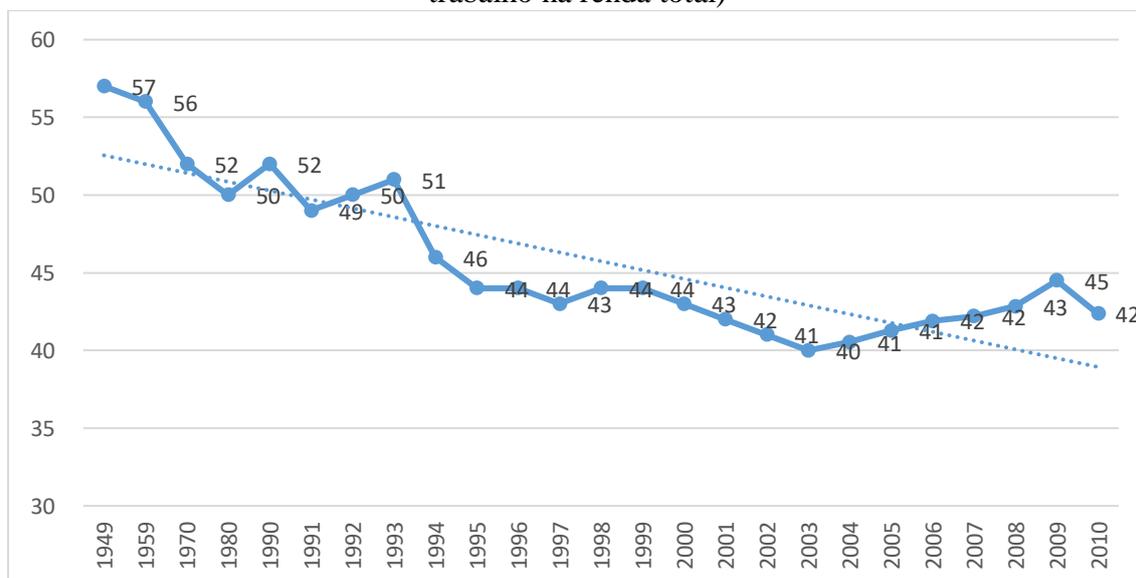
Seção 1. A financeirização, distribuição de renda e o caso brasileiro recente

Para a teoria neoliberal, a desigualdade social é vista como uma consequência natural do sistema de livre mercado. O destino de cada indivíduo é determinado não apenas por suas habilidades e capacidades, mas se vale da influência do acaso e da sorte. Mas para Hayek, é melhor que a desigualdade seja de forma impessoal do que de maneira discriminatória; assim, segundo o autor, “a desigualdade gerada por forças impessoais é, sem dúvida, melhor suportada, e afeta bem menos a dignidade do indivíduo, do que quando é intencional” (HAYEK, 2010, p. 116).

Com o processo de financeirização da economia, a concentração de renda aumenta; isto principalmente devido ao maior peso da esfera das finanças em relação ao setor produtivo. Segundo Guttman,

Temos presenciado um declínio constante da porção dos lucros retidos para reinvestimento e um aumento concomitante na porção dos lucros pagos a acionistas na forma de dividendos. Os credores obtêm os seus pagamentos de juros e os intermediários financeiros, suas taxas e comissões. Somemos a isto os ganhos de capital e começaremos a perceber que os rendimentos financeiros aumentaram de forma contínua como parcela do total, obrigando os industriais a forçarem maiores lucros às custas da estagnação, muitas vezes com redução da parte salarial. Esta redistribuição de partes do rendimento funcional de salários pela transferência do lucro industrial para o rendimento financeiro está vinculada à alteração paralela da distribuição da renda favorável aos mais ricos, nas mãos dos quais a maior parte dos ativos financeiros está concentrada, bem como uma distribuição ainda mais desigual da riqueza, uma tendência geral nas nações mais industrializadas. (GUTTMANN, 2008, p. 14).

Gráfico 1 - Brasil: distribuição funcional da renda (participação dos rendimentos do trabalho na renda total)



Fonte: Elaboração própria a partir de Garagorry (2007, p. 247), de 1949 a 2006 e IBGE (2016), de 2007 a 2010.

A distribuição funcional da renda em uma sociedade capitalista evidencia o modo como os fatores de produção (trabalho, terra, capital) são remunerados. A disputa das remunerações se dá por meio das lutas de classes para obter uma melhor posição no momento de sua remuneração. O Gráfico 6 mostra a participação da renda do trabalho dos empregados e autônomos na renda total da economia. Esse gráfico demonstra um

declínio na participação da renda do trabalho na renda total. Se se juntar o declínio da participação da renda do trabalho com o expressivo crescimento do capital de aplicação financeira, é possível verificar um indício do crescimento da financeirização da economia brasileira.

Piero Sraffa apontou uma tendência geral de que a formação de grandes e diversificados grupos financeiros tendiam a influenciar o exercício do poder, o controle de setores importantes da economia, os meios de comunicação e o mundo político, influência esta feita de modo disfarçado, pois para a população geral ela representava um grande perigo à democracia (PANICO; PINTO; ANYUL, 2012, p. 1458).

A abordagem de Sraffa sobre a moeda e o setor bancário é suportada por quatro elementos centrais, a saber: (1) os acontecimentos monetários e a distribuição de renda estão intimamente ligados; (2) a legislação monetária e a política permeiam os conflitos distributivos entre os grupos sociais e econômicos; (3) atividades lobistas e as relações de força entre as firmas, autoridades reguladoras e os governos são relevantes na formação das políticas e das legislações; e (4) o nível de distribuição de renda é influenciado pela evolução histórica da sociedade, pelas escolhas governamentais e do setor financeiro (PANICO; PINTO; ANYUL, 2012, p. 1460).

. O crescimento da desigualdade de renda é acompanhado tanto de um alto crescimento na indústria financeira internacional e doméstica como de uma aceleração das inovações financeiras. Segundo a OMC, as transações de comércio e serviços cresceram 11 vezes, de 1977 a 2007. Em comparação com as transações financeiras no mercado de câmbio, o volume de transações cresceu 175 vezes, e, se se inclui as transações com derivativos e das bolsas de valores, este número sobe para 281 (PANICO; PINTO; ANYUL, 2012, p. 1462).

Após os anos 1980, os dados sobre distribuição de renda e do setor financeiro mostram que, diferentemente de épocas anteriores, a desigualdade e o volume de transações do setor financeiro aumentaram. A participação dos lucros em detrimento da participação dos salários também aumentou. Os salários se beneficiaram pouco do aumento de produtividade e permaneceram estagnados. O consumo das classes médias e baixas foi sustentado por meio de empréstimos. Já as transações de empréstimos e outros produtos financeiros para setores do mercado – tanto nacional quanto internacional – cresceram a taxas mais elevadas que o comércio internacional e o PIB (PANICO; PINTO; ANYUL, 2012, p. 1462-1463).

Cornia (CORNIA,2001) observa que em países em desenvolvimento as taxas de juros atingiram altos patamares e levou diversos países a um “círculo vicioso” onde a elevação dos juros gerou um aumento no custo da do serviço da dívida. Esta, por sua vez, ocasionou pressões altistas tanto no déficit público como no endividamento. Isto gerou uma redistribuição do orçamento da renda do trabalho para os proprietários de títulos públicos.

Taylor (TAYLOR, 2000) destaca que a liberalização de fluxos de capitais traz consigo a apreciação da taxa de câmbio e “booms” de crédito com altas taxas de juros. Ele observa também, a liberalização dos mercados financeiros domésticos leva, entre outros, a um aumento do spread bancário. A um financiamento, via open Market, da dívida pública. A um aumento significativo na taxa de juros. A uma exclusão dos pobres através da segmentação dos mercados de crédito.

Segundo Jorge Alano S. Garagorry, o processo de financeirização dos países da periferia do capitalismo ocorreu com determinadas especificidades. De acordo com o autor, esse processo ocorreu: de maneira tardia; sob a égide da ideologia neoliberal adaptada às características da região, traduzida como o “Consenso de Washington”; e foi capitaneada por organismos multilaterais, tais como o FMI, Banco Mundial e a OMC (GARAGORRY, 2007, p. 51).

A liberalização dos sistemas financeiros nos países da periferia do capitalismo ocorreu na segunda metade dos anos 1980. A abertura financeira significava a eliminação das barreiras ao ingresso de investimentos estrangeiros de portfólio¹ e à entrada de instituições financeiras estrangeiras mediante a aquisição do controle acionário e/ou instalação de subsidiárias. Esse processo foi capitaneado por organismos multilaterais como o FMI e o Banco Mundial; tais organismos apontavam que a abertura financeira proporcionaria um fortalecimento nos sistemas financeiros domésticos e tornaria mais dinâmico e profundo os mercados financeiros, com ênfase nos mercados de capitais (FREITAS; PRATES, 1998, p. 81).

Uma das manifestações da financeirização na economia é o crescimento do capital especulativo aplicado em ações nas bolsas de valores. Esse capital especulativo constitui um dos principais componentes do capital fictício. O rendimento do acionista – que constitui os lucros recebidos como dividendos – é uma recompensa por ser portador do

¹ Compra de ativos mobiliários por investidores não residentes, e de investimento direto estrangeiro mediante a aquisição de participação acionária nas instituições financeiras locais (FREITAS; PRATES, 1998, p. 173).

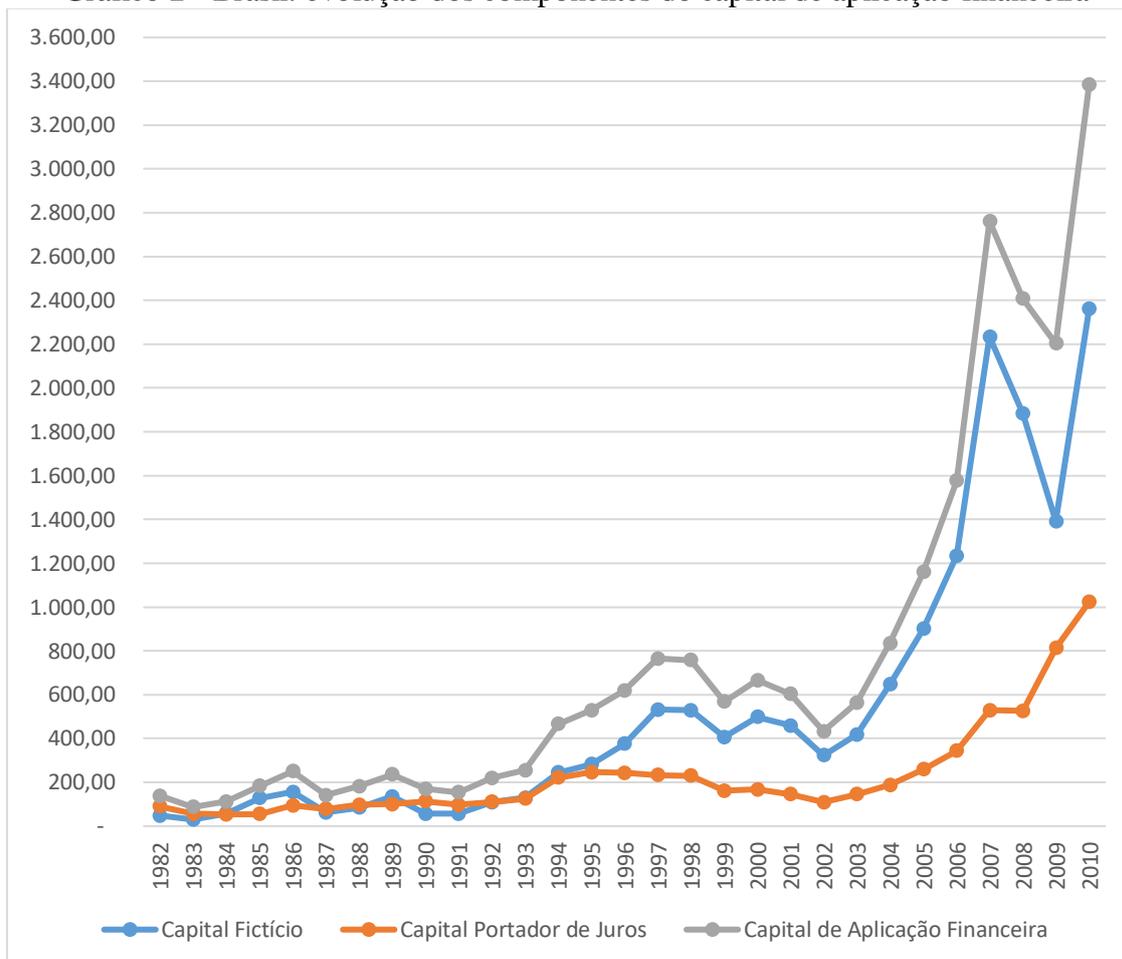
capital, no entanto, essa riqueza é valorizada apenas na forma fictícia, descolada da produção. Consoante Jorge Alano Garagorry, o mercado acionário, por natureza, proporciona a atividade especulativa, a centralização do capital e configura-se como uma avançada forma de expropriação (GARAGORRY, 2007, p. 75).

Tabela 1 - Brasil: estimativa do capital de aplicação financeira (US\$ bilhões)

| | Dívida Pública Interna (DPMFi) | Capitalização Bursátil | Capital Fictício | Capital Portador de Juros | Capital de Aplicação Financeira | Participação % | | | |
|-------------|---|---------------------------|---------------------|---------------------------------|---------------------------------------|----------------|-------|-------|-------|
| | (1) | (2) | (3) | (4) | (5) | (1/5) | (2/5) | (3/5) | (4/5) |
| 1982 | 19,4 | 28,6 | 48,0 | 89,8 | 137,8 | 14% | 21% | 35% | 65% |
| 1983 | 9,7 | 20,3 | 30,0 | 56,8 | 86,8 | 11% | 23% | 35% | 65% |
| 1984 | 16,8 | 41,0 | 57,8 | 53,5 | 111,3 | 15% | 37% | 52% | 48% |
| 1985 | 24,7 | 103,2 | 127,9 | 54,8 | 182,7 | 14% | 56% | 70% | 30% |
| 1986 | 24,2 | 130,7 | 154,9 | 94,7 | 249,6 | 10% | 52% | 62% | 38% |
| 1987 | 32,0 | 30,9 | 62,9 | 77,7 | 140,6 | 23% | 22% | 45% | 55% |
| 1988 | 41,5 | 42,5 | 84,0 | 97,2 | 181,2 | 23% | 23% | 46% | 54% |
| 1989 | 62,5 | 73,1 | 135,6 | 100,2 | 235,8 | 27% | 31% | 58% | 42% |
| 1990 | 13,1 | 43,3 | 56,4 | 113,1 | 169,5 | 8% | 26% | 33% | 67% |
| 1991 | 11,6 | 45,2 | 56,8 | 97,8 | 154,6 | 8% | 29% | 37% | 63% |
| 1992 | 36,4 | 72,4 | 108,8 | 110,8 | 219,6 | 17% | 33% | 50% | 50% |
| 1993 | 42,1 | 87,4 | 129,5 | 124,6 | 254,1 | 17% | 34% | 51% | 49% |
| 1994 | 73,2 | 171,4 | 244,6 | 221,3 | 465,9 | 16% | 37% | 53% | 47% |
| 1995 | 111,7 | 171,2 | 282,9 | 245,9 | 528,8 | 21% | 32% | 53% | 47% |
| 1996 | 169,7 | 205,5 | 375,2 | 243,2 | 618,4 | 27% | 33% | 61% | 39% |
| 1997 | 229,0 | 302,8 | 531,8 | 232,8 | 764,6 | 30% | 40% | 70% | 30% |
| 1998 | 268,1 | 260,3 | 528,4 | 229,2 | 757,6 | 35% | 34% | 70% | 30% |
| 1999 | 232,0 | 174,7 | 406,7 | 161,3 | 568,0 | 41% | 31% | 72% | 28% |
| 2000 | 261,3 | 237,1 | 498,4 | 167,2 | 665,6 | 39% | 36% | 75% | 25% |
| 2001 | 269,0 | 189,1 | 458,1 | 145,0 | 603,1 | 45% | 31% | 76% | 24% |
| 2002 | 176,4 | 147,2 | 323,6 | 108,8 | 432,4 | 41% | 34% | 75% | 25% |
| 2003 | 253,4 | 165,1 | 418,5 | 144,8 | 563,3 | 45% | 29% | 74% | 26% |
| 2004 | 305,3 | 340,9 | 646,2 | 187,9 | 834,1 | 37% | 41% | 77% | 23% |
| 2005 | 418,7 | 482,1 | 900,8 | 259,4 | 1.160,2 | 36% | 42% | 78% | 22% |
| 2006 | 511,6 | 722,6 | 1.234,2 | 342,9 | 1.577,1 | 32% | 46% | 78% | 22% |
| 2007 | 691,5 | 1.542,1 | 2.233,6 | 528,4 | 2.762,0 | 25% | 56% | 81% | 19% |
| 2008 | 541,2 | 1.340,9 | 1.882,1 | 525,2 | 2.407,3 | 22% | 56% | 78% | 22% |
| 2009 | 803,1 | 588,5 | 1.391,6 | 812,3 | 2.203,9 | 36% | 27% | 63% | 37% |
| 2010 | 962,6 | 1.398,7 | 2.361,4 | 1.023,8 | 3.385,1 | 28% | 41% | 70% | 30% |

Fonte: Elaboração própria a partir de Garagorry (2007, p. 237), de 1982 a 2006; Tesouro Nacional (2011), Item 1, Bovespa (2016), Item 2, Banco Central (2007, 2008, 2009, 2010), Item 3, de 2007 a 2010.

Gráfico 2 - Brasil: evolução dos componentes do capital de aplicação financeira



Fonte: Elaboração própria com base na Tabela 1.

A Tabela 1 pretende demonstrar um indicador para o grau de financeirização da economia brasileira. A coluna “dívida pública interna” representa a dívida pública mobiliária federal interna. A dívida pública se constitui como um componente substancial do capital fictício; é um dos pilares da mundialização financeira da atual fase do capitalismo. Os títulos da dívida pública negociados no mercado secundário são essenciais para prover liquidez para os rentistas (GARAGORRY, 2007, p. 232-233).

A coluna 3 da Tabela 1, denominada “capital fictício”, é a soma da dívida pública mobiliária interna com a capitalização bursátil. Essa coluna pretende ser uma estimativa da evolução do capital fictício no Brasil. A coluna designada “capital portador de juros” representa o montante do capital de empréstimos, que no Brasil é dominado pelos bancos. O capital portador de juros apresenta um comportamento diferente do capital fictício; como se pode visualizar no Gráfico 4 e na Tabela 1, de 1982 a 1992 o capital portador de juros se equiparava e até superava o capital fictício, entretanto, no ano de 1993 ocorre

uma inflexão, quando o capital fictício se descola progressivamente do capital portador de juros (GARAGORRY, 2007, p. 236).

A coluna 5, intitulada “capital de aplicação financeira”, representa a soma do capital fictício com o capital portador de juros, e é o indicador para a mensuração da financeirização da economia brasileira. Quando se analisa esse indicador, é possível perceber que ocorreu uma mudança estrutural significativa no período analisado. A dívida pública interna representava, em 1982, 14% do CAF, tendo dobrado a sua participação em 2010. O capital fictício também dobrou a sua participação no mesmo período, saltando de 35% para 70% na representação do CAF. Já o capital portador de juros tem o comportamento contrário, de modo que a sua participação no CAF cai de 65% em 1982 para 30% em 2010.

O expressivo aumento da participação do capital fictício no capital de aplicação financeira demonstra um indício do crescimento da financeirização da economia brasileira. Um outro ponto a ser levantado acerca do crescimento da financeirização da economia brasileira é a diminuição da participação do capital portador de juros em relação ao capital de aplicação financeira, caindo de 65% em 1982 para 30% em 2010. O capital portador de juros é criado no momento da tomada do empréstimo, sendo que este capital está lastreado nas dívidas das famílias e das empresas. Mas a capacidade de endividamento desses atores econômicos está relacionada com o nível de emprego e renda, portanto, o capital portador de juros apresenta conexões com o desempenho do capital produtivo e com o PIB (GARAGORRY, 2007, p. 237).

Seção 2. A dívida pública no Brasil como um mecanismo de concentração de renda e gerador de desigualdade.

A liberalização dos capitais e a elevação das taxas de juros são marcas fundamentais do receituário neoliberal. O aumento da dívida pública somado às taxas de juros mais altas do mundo a partir da década de 1990 no Brasil disponibilizaram às finanças aplicações extremamente rentáveis e altamente líquidas. O Estado brasileiro contribuiu para a expansão financeira da economia pela via do endividamento público interno, que tem uma grande atratividade para as finanças (BIN, 2010, p. 49).

As mudanças que proporcionaram a expansão das finanças no Brasil ocorreram no primeiro governo de FHC (1995-1998). Mas o estágio mais avançado das finanças ocorreu em seu segundo mandato, de 1999 a 2002. Neste período foi adotado o tripé macroeconômico – que inclui as metas de inflação e fiscais e o câmbio flutuante – que

são os pilares da política econômica que vigora atualmente. No primeiro governo de Lula (2003-2006) houve um aprofundamento das políticas econômicas do segundo governo de FHC; somados a esse aprofundamento, elevados superávits primários contribuíram para manter a exploração das classes produtoras por parte das finanças (BIN, 2010, p. 57-8).

A dívida pública é fruto dos déficits orçamentários do governo. Quando as receitas do governo não são suficientes para cobrir os gastos públicos, este saldo deve ser financiado por uma nova dívida, por aumento de impostos ou por emissão de moeda. O Estado também pode contrair uma dívida no exterior, por meio de bancos estrangeiros, dos organismos multilaterais, de outros Estados ou via mercado financeiro internacional. Quando a dívida é contraída no mercado interno, ela tem duas formas principais, quais sejam: a dívida contratual e a mobiliária. A dívida contratual configura-se como empréstimos de curto prazo emitidos no sistema bancário; a dívida mobiliária é emitida na forma de títulos do tesouro ou do Banco Central (NAKATANI, 2006, p. 1).

O neoliberalismo defende que os Estados sejam governados sob as determinações do “mercado”. O mercado pode ser traduzido como a aliança das frações de classes dominantes no poder, sob a hegemonia das frações financeiras nacionais e internacionais. Essa corrente busca uma estabilidade nas políticas cambiais e monetárias, bem como a redução dos déficits fiscais, com o objetivo de gerar superávits primários para o pagamento dos juros da dívida. Como o endividamento tem sido crescente, a necessidade de superávits primários se torna cada vez maior, a fim de garantir a remuneração da dívida pública. Geralmente, para obter esses superávits, o governo corta os investimentos e gastos sociais (NAKATANI, 2006, p. 5).

Uma das funções do Estado é a redistribuição da riqueza produzida pela sociedade. A participação do Estado na economia brasileira se tornou crescente no que tange à questão de redistribuição da riqueza. Essa participação aumentou no complexo formado pelo sistema tributário e pela dívida pública, no qual a riqueza arrecadada é transferida para a dívida pública. Geralmente, tem-se a ideia de que a redistribuição de renda sempre é em favor dos pobres e em detrimento dos ricos. Mas, neste caso, ocorre o contrário, e a riqueza da classe produtora é transferida para as classes apropriadoras (BIN, 2010, p. 72-3).

O Estado atua como um mediador de classes na sociedade; seu papel é essencial para reduzir conflitos sociais. Esse papel de mediador é importante para a acumulação financeira, já que o Estado possui o consentimento da classe produtora para redistribuir a riqueza produzida. Como o Estado é autônomo de classes, ele tem legitimidade para

redistribuir os recursos arrecadados via tributação. Para amortecer os conflitos sociais, o Estado intermedeia a relação entre explorados e exploradores, omitindo uma classe da outra (BIN, 2010, p. 134).

Em uma sociedade concreta, a definição de classes assume uma função complexa. Onde existem modos e formas variadas de produção, existem variadas classes. No regime financeiro de acumulação, a classe dominante não é proprietária dos meios de produção, nem da força de trabalho; ela é proprietária do capital em forma de dinheiro, que por meio de juros se apropria de parte da mais-valia socialmente produzida. A relação de classes usada no presente trabalho é a relação entre devedores e credores da dívida pública como meio de exploração do trabalho, sem relação direta de trabalho. Trata-se de uma exploração indireta mediada pelo Estado. Dessa forma, o mercado financeiro é um meio de transferência de riqueza entre classes (BIN, 2010, p. 111-2).

O conceito de exploração abrange a ideia de que o bem-estar material de uma classe depende do esforço da outra. O termo exploração é usado no sentido de que uma exploração capitalista se refere à apropriação do sobre-trabalho de uma classe por outra (BIN, 2010, p. 114).

O juro tem papel primordial nesse processo, pois representa o aprofundamento de exploração da classe produtora pela classe apropriadora. A simples existência de juros – não se considerando se são altos ou baixos, positivos ou negativos – engendra exploração de classes. O juro é analisado sob a ótica de quem ganha e quem perde na sociedade; é a transferência de mais-valia entre classes. (BIN, 2010, p. 112). Segundo Daniel Bin, “em termos qualitativos, o juro é um mecanismo de redistribuição de mais-valia e, em termos quantitativos, expressão de valor do esforço adicional a ser executado pela classe trabalhadora” (BIN, 2010, p. 126).

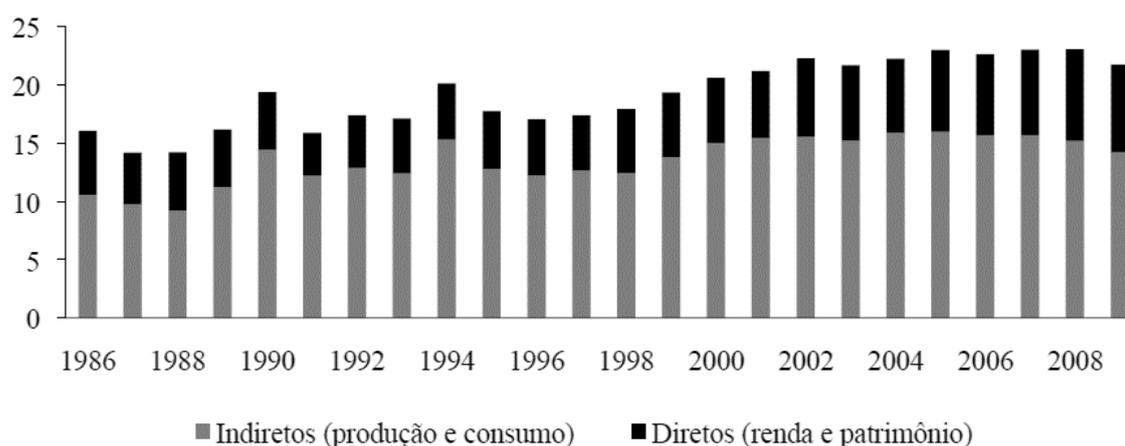
A dívida pública não é uma questão estritamente econômica, mas uma questão sociopolítica, pois a redistribuição da riqueza se dá em um contexto caracterizado tanto por interesses divergentes como por desigualdades econômicas já existentes. Por intermédio da dívida pública, parte da mais-valia é redistribuída durante todo o período de sua existência se houver juros, sendo um tipo específico de exploração de classes. Esse mecanismo de exploração define a posição de cada classe nas relações sociais (BIN, 2010, p. 131).

A dívida pública atua como um mecanismo de exploração e define a posição de cada classe nas relações sociais. Em uma determinada relação social, a fração em vantagem depende do esforço adicional de outra classe. No caso da dívida pública, a

acumulação de capital pelo credor depende do esforço adicional do devedor, neste caso, realizado na forma de juros. A dívida pública atua retirando recursos da classe devedora e redistribuindo a riqueza em favor das classes altas, que são os credores (BIN, 2010, p. 131-2).

Se se levar em consideração que tributo, assim como o lucro, o juro e o aluguel, são formas de apropriação da mais-valia, essas formas configuram-se como meios de apropriação do sobre-trabalho desenvolvido no processo de valorização de capital. Os capitalistas não pagam tributos, eles só recolhem ao Estado – sob o nome de tributo – parte da riqueza produzida pelos trabalhadores. Dessa maneira, quem suporta a tributação são os trabalhadores. Como no Brasil a carga tributária é regressiva, sendo que os impostos indiretos têm uma grande representatividade, os pobres acabam pagando proporcionalmente mais impostos do que os ricos (BIN, 2010, p. 139).

Gráfico 3 - Brasil: Evolução dos tributos diretos e indiretos 1986-2009 (% do PIB)



Nota: Impostos e contribuições federais, exceto previdenciárias, e total Brasil do imposto estadual.

Fonte: Bin (2010, p. 140).

O Gráfico 3 mostra que os tributos indiretos representam a maioria dos tributos totais. Quando se olha para o período de 1986 a 2009, é possível verificar que a participação dos tributos indiretos se mantém praticamente constante. A classe trabalhadora transforma a sua renda integralmente – ou quase integralmente – na forma de consumo. Dado que, sobre o consumo, incide os tributos indiretos, o ônus da carga tributária tem mais intensidade nas classes menos favorecidas. Uma vez que as receitas do Estado servem para o pagamento da dívida pública, a arrecadação tributária atua em favor das finanças.

A dívida pública no Brasil, por operar com um nível de taxa de juros totalmente fora dos padrões internacionais, atua como um mecanismo de concentração de renda. Enormes quantias de dinheiro são transferidas da sociedade para os detentores da dívida pública. Os recursos pagos pelos cidadãos, na forma de impostos, são em grande parte transferidos para as instituições financeiras por meio da dívida pública.

Segundo Carlos Eduardo Carvalho,

A dívida pública é um dos principais instrumentos de dominação dos rentistas e do grande capital sobre a sociedade brasileira. Ancorados na alegada condição de credores do setor público, os maiores detentores dos títulos do governo tratam de esconder sua condição de beneficiados permanentes pela forma como a política econômica trata a taxa de juros e a rolagem da dívida. O setor público transfere permanentemente enorme massa de recursos para esses rentistas, o que restringe as políticas sociais, concentra renda e riqueza e dificulta o crescimento econômico sustentado. (CARVALHO, 2007, p. 99).

A dívida pública é um mecanismo utilizado pelo governo para financiar parte de seus gastos não cobertos pela arrecadação dos impostos, ou quando o governo deseja alcançar algum objetivo de natureza econômica. Essa dívida é contraída, por parte do governo, junto a entidades ou pessoas da sociedade. Os principais credores da dívida pública são bancos públicos e privados nacionais e internacionais, investidores privados, instituições financeiras, e quaisquer outras pessoas ou entidades que desejem aplicar em títulos da dívida pública.

A Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi) é a soma de tudo o que o Estado brasileiro deve internamente em moeda nacional. Essa dívida é contraída pelo governo tanto para cobrir novos gastos públicos em bens e serviços, como para o pagamento de juros sobre as dívidas anteriores e também para atingir objetivos macroeconômicos.

Tabela 2 - Brasil: PIB e Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFI)

(R\$ bilhões)

| Ano | PIB¹ | DPMFi² | % |
|-------------|------------------------|--------------------------|----------|
| 2000 | 1.199,09 | 510,7 | 42,59% |
| 2001 | 1.315,76 | 624,08 | 47,43% |
| 2002 | 1.488,79 | 623,19 | 41,86% |
| 2003 | 1.717,95 | 731,43 | 42,58% |
| 2004 | 1.957,75 | 810,26 | 41,39% |
| 2005 | 2.170,58 | 979,66 | 45,13% |
| 2006 | 2.409,45 | 1.093,50 | 45,38% |
| 2007 | 2.720,26 | 1.224,87 | 45,03% |

| | | | |
|-------------|----------|----------|--------|
| 2008 | 3.109,80 | 1.264,82 | 40,67% |
| 2009 | 3.333,04 | 1.398,42 | 41,96% |
| 2010 | 3.885,85 | 1.603,94 | 41,28% |

Notas: ¹ Preços de mercado ref. 2010; ² Tesouro Nacional.

Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE (2016) e Tesouro Nacional (2011).

A DPMFI manteve, no período de 2000 a 2010, um comportamento estável em relação ao PIB, tal como mostra a Tabela 2. O ano de 2001 apresentou uma maior participação da dívida em relação ao PIB, alcançando 47,43% do PIB no referido ano. No ano de 2010, a dívida pública interna representava 41,28% do PIB, ou seja, praticamente o mesmo percentual do ano de 2000. Contudo, em termos de valores, em dez anos a dívida interna triplicou no Brasil.

Tabela 3 - Brasil: Necessidades de Financiamento do Setor Público 1991-2010 (fluxo anual em R\$ milhões)

| Discriminação | 1991 | 1992 | 1993 | 1994 | 1995 | 1996 | 1997 | 1998 |
|-----------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Resultado Nominal | 16 | 293 | 9.127 | 94.174 | 47.027 | 45.742 | 53.232 | 72.376 |
| Total Operacional | 1 | 12 | 203 | -6.936 | 32.278 | 29.218 | 37.499 | 67.579 |
| Resultado Primário | -2 | -10 | -317 | -18.207 | -3.907 | 739 | 8.310 | -108 |
| Total de Juros Reais | 2 | 22 | 521 | 11.270 | 34.001 | 28.478 | 29.189 | 67.687 |
| Juros Nominais | 18 | 303 | 9.444 | 112.381 | 50.934 | 45.003 | 44.922 | 72.484 |

| Discriminação | 1999 | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 |
|-----------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Resultado Nominal | 56.284 | 39.806 | 42.788 | 61.614 | 79.030 | 47.142 | 63.641 | 69.883 |
| Total Operacional | 10.875 | 12.888 | 14.565 | -34.733 | 44.253 | -24.828 | 52.841 | 35.057 |
| Resultado Primário | -31.087 | -38.157 | -43.655 | -52.390 | -66.173 | -81.112 | -93.505 | -90.144 |
| Total de Juros Reais | 41.962 | 51.044 | 58.220 | 17.657 | 110.426 | 56.284 | 146.346 | 125.201 |
| Juros Nominais | 87.372 | 77.963 | 86.443 | 114.004 | 145.203 | 128.256 | 157.146 | 160.027 |

| Discriminação | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
|-----------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Resultado Nominal | 57.926 | 44.307 | 106.242 | 93.673 |
| Total Operacional | -31.241 | -62.023 | 116.641 | -76.826 |
| Resultado Primário | -101.606 | -118.037 | -64.769 | -101.696 |
| Total de Juros Reais | 70.365 | 56.014 | 181.410 | 24.870 |
| Juros Nominais | 159.532 | 162.344 | 171.011 | 195.369 |

Fonte: Elaboração própria a partir de Nakatani (2006, p. 11), de 1991 a 2005 e Relatório Anual do BancoCentral (2007, 2008, 2009, 2010), de 2006 a 2010.

Esse crescimento exponencial da dívida pública interna é fruto da conversão dos juros da dívida pública em novas dívidas. A Tabela 3 ilustra este processo, no qual parte dos juros da dívida se transforma em novas dívida. O resultado primário é um dos critérios mais importante da NFSP (Necessidade de Financiamento do Setor Público). Sempre que o resultado primário for superavitário, a diferença entre ele e os juros transformar-se-á em nova dívida interna e em títulos; quando o resultado primário for deficitário, ele, somado aos juros, converte-se em nova dívida. No primeiro caso, a dívida pública cresce mesmo havendo um superávit primário; no segundo caso, a dívida pública é aumentada pelo déficit público (NAKATANI, 2006, p. 10).

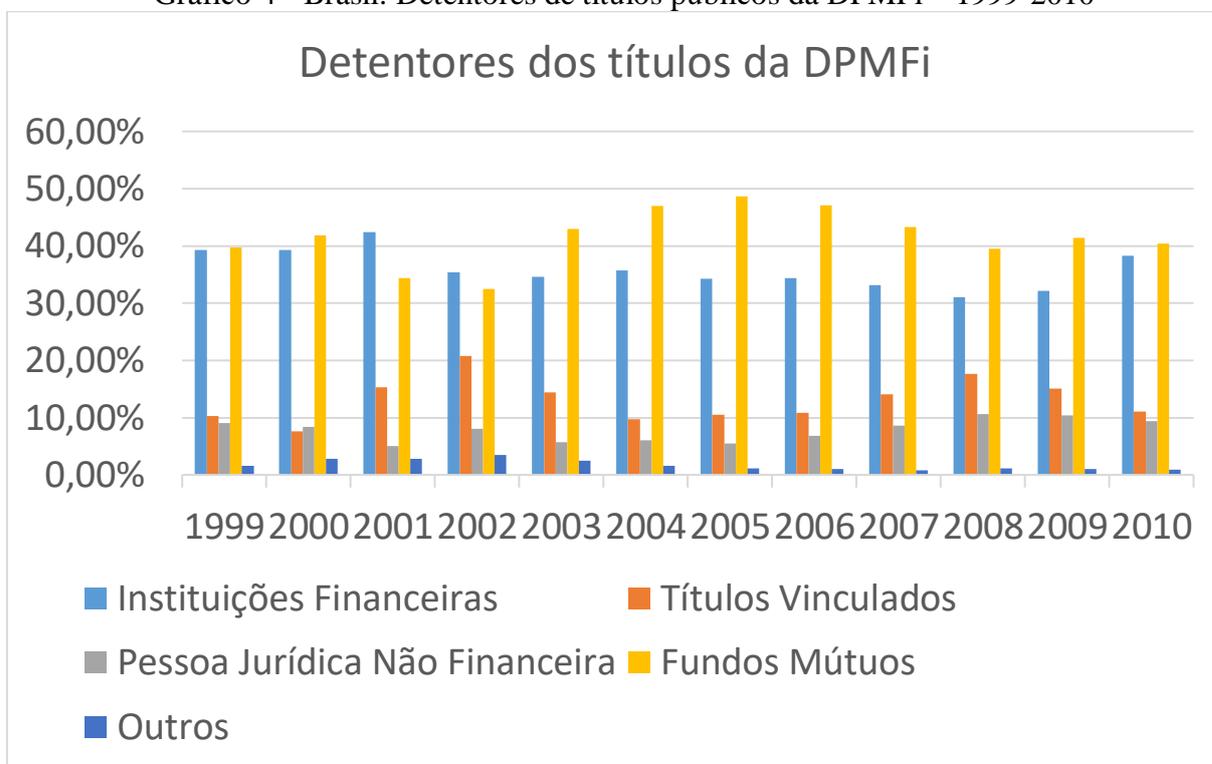
A Tabela 3 mostra a evolução da NFSP de 1991 a 2010, principalmente após a estabilidade monetária alcançada no ano de 1994; o principal fator que acelera o crescimento da dívida pública interna em títulos são os juros da dívida. O superávit primário no Brasil, de 1991 a 2010, soma R\$ 895.833 milhões; já os juros nominais, R\$ 1.980.159 milhões. A diferença entre eles resultou em um crescimento de R\$ 1.084.326 na dívida pública. Segundo Paulo Nakatani, “isto representa a subordinação da política macroeconômica aos interesses da aliança entre as frações de classes dominantes no Brasil sob a hegemonia da fração financeira, mais precisamente do capital especulativo e parasitário” (NAKATANI, 2006, p. 11)

A dívida pública brasileira deu um grande salto no ano de 1999, quando o governo absorveu os prejuízos do setor privado devido à crise cambial que ocorreu naquele ano. As medidas adotadas para manter um comportamento estável da dívida pública e, simultaneamente, a preservação dos juros reais elevados foram: a realização de vigorosos superávits primários e a elevação da carga tributária. Essa opção é essencial para garantir o pagamento dos juros da dívida pública (CARVALHO, 2007, p. 100). Do ano de 1999 até 2010, o superávit primário vem crescendo constantemente, conforme Tabela 7.

A diversificação dos detentores da dívida pública interna é essencial para reduzir os riscos e oferecer um equilíbrio no mercado de títulos. Uma diversificação maior da dívida pública favoreceria a sua gestão pelo lado da oferta. Essa diversificação reduziria as pressões por parte dos credores. O Gráfico 4, a seguir, apresenta os detentores dos títulos da DPMFi, de 1999 a 2010. Os dados – advindo do Relatório Mensal da Dívida Pública Federal, divulgado pelo Tesouro Nacional – são referentes ao mês de dezembro de cada período. Tais dados se referem aos detentores relativos ao registro de custódia

dos títulos, e não necessariamente ao seu detentor final, já que esses títulos podem ser negociados livremente.

Gráfico 4 - Brasil: Detentores de títulos públicos da DPMFi – 1999-2010



Fonte: Elaboração própria a partir de Tesouro Nacional (2011).

O Gráfico 4 apresenta os detentores dos títulos públicos da Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFI). É possível verificar que a concentração da DPMFI não se alterou significativamente no período de 1999 a 2010. A dívida pública está praticamente concentrada em poder das instituições financeiras e dos fundos de investimento. A dívida pública em poder das instituições financeiras permaneceu em torno de 40% do total da dívida em 2010, o mesmo patamar do ano de 1999. Em 2001, as instituições financeiras eram detentoras de 42,45% da DPMFI.

Os fundos mútuos são um dos principais detentores da DPMFI, representando 40,37% do total da dívida no ano de 2010. Os fundos mútuos atingiram, no ano de 2005, um pico de participação como detentores da dívida; nesse ano, esses fundos tinham 48,60% do total da dívida em seu poder. Os fundos mútuos somados às instituições financeiras detêm quase a totalidade da dívida pública. Quase 80% da dívida pública está em poder dessas instituições. Essa concentração mostra o poder dessas instituições sobre as ações do governo federal.

Pochmann (2007) aponta que 80% dos títulos da dívida pública brasileira pertencem a aproximadamente 20 mil famílias brasileiras, essas famílias constituem a

elite brasileira. Segundo o autor, cerca de 5 a 8% do PIB é transferido – na forma de juros da dívida – para essas famílias. Esses dados mostram que a dívida pública brasileira apresenta um caráter de concentração de renda. Este mesmo autor, em outra obra, aponta que esse processo é

Selvagem porque, ao fim das contas, por meio da dívida pública, dos juros altos e do superávit primário, o Estado transfere recursos oriundos de toda a população para as camadas mais ricas do país. Um fenômeno legal, mas injusto, que colabora para deteriorar ainda mais o já grave quadro da distribuição de renda no Brasil. (POCHMANN; GUERRA; SILVA, 2004, p. 185).

Tabela 4 - Brasil: Detentores de títulos públicos da DPMFi – 2000-2010 (R\$ bilhões).

| | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
|--|------|------|------|------|------|------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Instituições Financeiras (IF) | 184 | 248 | 205 | 239 | 273 | 323 | 362 | 392 | 382 | 440 | 604 |
| Títulos Vinculados | 36 | 89 | 120 | 100 | 74 | 99 | 114 | 167 | 218 | 206 | 174 |
| Pessoa Jurídica Não Financeira | 39 | 30 | 47 | 39 | 46 | 52 | 72 | 102 | 131 | 142 | 148 |
| Fundos Mútuos | 196 | 201 | 188 | 297 | 360 | 458 | 497 | 514 | 486 | 567 | 637 |
| Outros | 13 | 16 | 20 | 17 | 12 | 11 | 10 | 10 | 15 | 14 | 15 |
| TOTAL | 468 | 584 | 581 | 691 | 765 | 942 | 1.056 | 1.185 | 1.231 | 1.369 | 1.578 |
| Bancos Comerciais Nacionais (BCN) | 124 | 179 | 171 | 210 | 228 | 267 | 304 | 330 | 312 | 297 | 420 |
| % (BCN / IF) | 67% | 72% | 83% | 88% | 83% | 83% | 84% | 84% | 82% | 68% | 69% |
| % (BCN/Total) | 26% | 31% | 30% | 30% | 30% | 28% | 29% | 28% | 25% | 22% | 27% |
| %(Fundos Mútuos/total) | 42% | 34% | 32% | 43% | 47% | 49% | 47% | 43% | 39% | 41% | 40% |

Fonte: Elaboração própria a partir de Tesouro Nacional (2011).

A Tabela 4 mostra a participação dos detentores da dívida pública em valores correntes. Em 2010, a DPMFI atingiu a cifra de R\$ 1.578 bilhões, representando 40,6% do PIB nesse ano. Do total da dívida, R\$ 604 bilhões estavam em poder das instituições financeiras nacionais, sendo desse total, R\$ 420 bilhões em poder dos bancos comerciais nacionais. Já os fundos mútuos detinham R\$ 637 bilhões da dívida pública interna em 2010.

A dívida pública representa um papel importante para o rentismo na atual fase de financeirização da economia. Ela tem um papel de concentração de renda por privilegiar o pagamento de juros da dívida em detrimento de políticas públicas sociais. Quando o governo é obrigado a realizar o superávit primário para o pagamento de juros da dívida, os impostos pagos pela sociedade são transferidos para as mãos dos rentistas da dívida pública.

O PIB do Brasil em valores correntes, em 2010, era de R\$ 3.885,85 bilhões. Conforme a Tabela 5, no ano de 2010, foram pagos 5,10% do PIB com juros da dívida; isso representa R\$ 198,18 bilhões pagos na forma de juros. Essa enorme quantia de valores engordou o patrimônio dos detentores da dívida pública. Se 80% dos juros da dívida pública é apropriado pelas 20 mil famílias mais ricas, essas famílias se apropriaram de cerca de R\$ 158,54 bilhões no ano de 2010.

Tabela 5 - Dívida total e gastos com o pagamento de juros em 2010 e 2011 (em % do PIB).

| País | 2010 | | 2011 | |
|-----------------|----------------------|--------------------------------------|----------------------|--------------------------------------|
| | Dívida total/PIB (%) | Pagamento de juros da dívida/PIB (%) | Dívida total/PIB (%) | Pagamento de juros da dívida/PIB (%) |
| Japão | 199 | 1,43 | 209,2 | 0,80 |
| Grécia | 143 | 5,47 | 154,8 | 6,50 |
| Itália | 119 | 4,53 | 119,8 | 4,20 |
| Irlanda | 95,7 | 3,20 | 112,6 | 3,20 |
| Portugal | 93 | 3,04 | 103,5 | 3,40 |
| Brasil | 59 | 5,10 | 57,4 | 4,90 |

Nota: Dados de Economist Intelligence Unit (EIU), divulgado pela BBC Brasil.

Fonte: Brettas (2012 apud ROCHA; MACÁRIO, 2014, p. 201).

Na atual fase do capitalismo rentista, os governos são dependentes do capitalismo financeiro. Quando os governos são obrigados a se financiarem com taxas de juros superiores à inflação e ao crescimento econômico, geram um círculo vicioso de crescimento automático da dívida pública, ano a ano. Assim, os credores acabam exercendo grandes pressões sobre os governos, e uma grande parcela da renda líquida nacional é apropriada pela classe rentista (ROCHA; MACÁRIO, 2014, p. 196).

A lógica financeira atua de maneira determinante na concentração de renda através da dívida pública. Para os autores Flávia Rebbeca F. Rocha e Epitácio Macário, através do endividamento público

[...] o capital rentista impõe sua lógica sobre a política macroeconômica e, em particular, sobre a política monetária e fiscal, reforçando o caráter regressivo do sistema tributário brasileiro, e, todavia, deslocando fundos públicos da sua função precípua de financiamento de políticas sociais em favor do pagamento dos serviços e rolagem da referida dívida. (ROCHA; MACÁRIO, 2014, p. 196).

Seção 3. Aspectos da desigualdade recente no Brasil

O período de 1981 a 2010 foi marcado por uma estagnação econômica e, conseqüentemente, por uma deterioração social que marcou a economia brasileira desde o final dos anos 1970. Em partes, pode-se atribuir esses problemas à crise da dívida que assombrou o Brasil durante os anos 1980; e nos anos 1990, é possível atribuir tais problemas ao receituário neoliberal, que privilegia as finanças em detrimento dos gastos públicos. As políticas neoliberais que privilegiam altos juros e uma redução dos gastos sociais visando ao pagamento dos juros da dívida contribuem para uma diminuição na ascensão social.

O estudo do professor Waldir Quadros sobre a evolução da estrutura social brasileira – o qual compreende o período de 1981 a 2005 e se utiliza dos dados da PNAD, publicados na Carta Social e do Trabalho em 2007 – tem como proposta identificar as mudanças na estrutura social brasileira. Esse estudo serve de ilustração na tentativa de demonstrar que a financeirização da economia brasileira não permitiu mudanças nos estratos sociais.

De acordo com a Tabela 6 (abaixo), é possível verificar um encolhimento e uma estagnação nos estratos relativamente melhores situados. Essa má performance dos estratos superiores traduz um terrível processo de estreitamento dos canais de ascensão social, inédito na história contemporânea brasileira. Esse desempenho tem um efeito fortemente corrosivo nas estruturas sociais. A análise dos dados estratificados em classes sociais apresenta apenas manutenção, expansão ou retração dos estratos sociais (QUADROS, 2007, p. 11).

A Tabela 6 mostra que, se for observado o período de 1981 a 2004, é possível verificar uma estagnação das classes sociais no Brasil. Se se olha para a década de 1980, pode-se verificar uma estagnação nas duas classes mais bem posicionadas. Agora, quando se analisa as três últimas classes, verifica-se uma precarização nessas classes, pois houve

uma redução da baixa classe média e da massa trabalhadora, bem como um aumento considerável nos miseráveis. Quando se verifica a partir da década de 1990 em diante, é possível observar uma redução na alta e média classe média. A baixa classe média se mantém estagnada, a massa trabalhadora cresce e ocorre uma redução na participação dos miseráveis.

Tabela 6 - Brasil: Distribuição nos Estratos Sociais - Total dos declarantes

| Anos | Alta classe média | Média classe média | Baixa classe média | Massa trabalhadora | Miseráveis | TOTAL |
|-------------|--------------------------|---------------------------|---------------------------|---------------------------|-------------------|--------------|
| 1981 | 5,2 | 8,5 | 25,5 | 24,6 | 36,2 | 100% |
| 1982 | 5,7 | 8,2 | 24,8 | 25,4 | 35,9 | 100% |
| 1983 | 4,2 | 7,7 | 19,1 | 22,5 | 46,6 | 100% |
| 1984 | 3,8 | 6,8 | 19,7 | 22 | 47,7 | 100% |
| 1985 | 5,2 | 8,2 | 21,6 | 26,7 | 38,3 | 100% |
| 1986 | 8,3 | 11,7 | 27,6 | 26,2 | 26,3 | 100% |
| 1987 | 5,7 | 8,6 | 22,5 | 22,9 | 40,2 | 100% |
| 1988 | 5,2 | 7,3 | 20,5 | 22,2 | 44,8 | 100% |
| 1989 | 6,5 | 8,6 | 20,5 | 21 | 43,4 | 100% |
| 1990 | 5,3 | 8,2 | 22 | 19,8 | 44,6 | 100% |
| 1992 | 3,6 | 7,2 | 20 | 23,6 | 45,6 | 100% |
| 1993 | 4,1 | 6,7 | 19 | 22 | 48,2 | 100% |
| 1995 | 5,9 | 8,6 | 22,6 | 24,9 | 38 | 100% |
| 1996 | 7,3 | 10,1 | 25,2 | 21,5 | 35,9 | 100% |
| 1997 | 5,6 | 9,6 | 22,4 | 23 | 39,4 | 100% |
| 1998 | 5,7 | 9,8 | 22,8 | 23,4 | 38,2 | 100% |
| 1999 | 5,3 | 8,2 | 24 | 24,1 | 38,4 | 100% |
| 2001 | 5,4 | 8,5 | 23,7 | 26,1 | 36,3 | 100% |
| 2002 | 4,7 | 7,8 | 22,6 | 26,5 | 38,5 | 100% |
| 2003 | 4,5 | 6,8 | 23,5 | 25,9 | 39,3 | 100% |
| 2004 | 4,1 | 7,3 | 22,2 | 28,4 | 38 | 100% |
| 2005 | 4,6 | 7,9 | 25,6 | 40,1 | 21,7 | 100% |

Fonte: Quadros (2007, p. 11).

Um dado que chama atenção na Tabela 8 (abaixo) é a evolução dos rendimentos dos ocupados, pois se se observa o rendimento do ano de 2005, ele é menor do que o do ano de 1981. Já os rendimentos das pessoas sem ocupação apresentam um crescimento de 13%. Segundo o autor, esse comportamento apresenta indícios de dificuldades no mercado de trabalho e no surgimento de oportunidades ocupacionais em geral. A principal

causa desse processo pode ser atribuída ao longo período de estagnação produtiva e econômica (QUADROS, 2007, p. 8).

Na verdade, a disputa pela conquista de oportunidades insuficientes, e com frágeis freios morais, parece ser melhor caracterizada por uma verdadeira “pororoca social”, com concorrência selvagem entre os segmentos envolvidos. Como pano de fundo, imaginamos um processo bastante expressivo de circulação social entre os estratos sociais. (QUADROS, 2007, p. 12)

Tabela 6 - Evolução dos rendimentos médios dos declarantes

| Anos | Ocupados | | Sem ocupação | | Total | |
|-------------|----------|--------|--------------|--------|-------|--------|
| | R\$ | Índice | R\$ | Índice | R\$ | Índice |
| 1981 | 862 | 100 | 546 | 100 | 817 | 100 |
| 1982 | 858 | 99 | 571 | 105 | 819 | 100 |
| 1983 | 724 | 84 | 481 | 88 | 689 | 84 |
| 1984 | 707 | 82 | 459 | 84 | 671 | 82 |
| 1985 | 831 | 96 | 531 | 97 | 788 | 96 |
| 1986 | 1220 | 142 | 727 | 133 | 1152 | 141 |
| 1987 | 895 | 104 | 511 | 93 | 841 | 103 |
| 1988 | 838 | 97 | 458 | 84 | 782 | 96 |
| 1989 | 932 | 108 | 530 | 97 | 873 | 107 |
| 1990 | 832 | 97 | 541 | 99 | 790 | 97 |
| 1992 | 688 | 80 | 546 | 100 | 667 | 82 |
| 1993 | 723 | 84 | 547 | 100 | 696 | 85 |
| 1995 | 883 | 102 | 663 | 121 | 849 | 104 |
| 1996 | 920 | 107 | 649 | 119 | 874 | 107 |
| 1997 | 912 | 106 | 654 | 120 | 868 | 106 |
| 1998 | 909 | 105 | 697 | 128 | 871 | 107 |
| 1999 | 848 | 98 | 692 | 127 | 819 | 100 |
| 2001 | 863 | 100 | 660 | 121 | 824 | 101 |
| 2002 | 841 | 98 | 629 | 115 | 798 | 98 |
| 2003 | 785 | 91 | 572 | 105 | 739 | 90 |
| 2004 | 789 | 92 | 586 | 107 | 745 | 91 |
| 2005 | 829 | 96 | 619 | 113 | 784 | 96 |

Nota: Valores em jan. 2006, deflator: INPC corrigido.

Fonte: Quadros (2007, p. 7).

Em 2014, o Prof. Waldir Quadros publicou uma atualização sobre o seu estudo da evolução dos estratos sociais. Nessa atualização, é apontado que as políticas heterodoxas apresentaram melhoras nos estratos sociais a partir de 2004.

Tabela 7 - Brasil: Estratificação dos ocupados (%)

| “Padrão de vida” | 2002 | 2008 | 2009 | 2011 | 2012 |
|---------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Alta Classe Média | 5,0 | 5,3 | 5,5 | 6,0 | 6,8 |
| Média Classe Média | 8,3 | 9,6 | 9,9 | 11,1 | 12,6 |
| Baixa Classe Média | 24,3 | 31,7 | 33,8 | 38,8 | 41,3 |
| Massa Trabalhadora | 29,1 | 35,3 | 33,3 | 30,6 | 27,6 |
| Miseráveis | 33,4 | 18,1 | 17,5 | 13,4 | 11,6 |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,00 | 100,00 | 100,00 |

Fonte: Quadros (2014, p. 3).

Para afastar os efeitos da crise de 2008, o Brasil adotou medidas heterodoxas na política econômica. É possível que a adoção de medidas heterodoxas contribuíram para os avanços na mobilidade social. A evolução dos estratos sociais no período de 2002 a 2009 mostra uma mobilidade nas classes mais baixas.

É possível verificar uma mobilidade expressiva nos estratos inferiores, mas essa mobilidade se limita à baixa classe média. Esse processo é caracterizado como baixa performance do desenvolvimento social, devido à falta de dinamismo na alta e média classe média e na manutenção de um elevado contingente de desempregados concentrados na baixa classe média e na massa trabalhadora (QUADROS, 2010, p. 3).

Segundo Waldir Quadros,

[..] este é o retrato da “infraestrutura das classes sociais” não refletindo, necessariamente, uma melhora significativa das condições estruturais de vida, ainda marcadas profundamente pelas graves carências nas áreas sociais da saúde, educação, segurança, habitação, transporte e mobilidade, saneamento etc. E isto não só no setor público, mas também nas instituições privadas. (QUADROS, 2014, p. 17).

Um outro ângulo da questão discutida, os 5 por cento mais ricos detinham cerca de 40 por cento da renda total do país em 2006. Esta porcentagem passou para 44 por cento em 2012. Em média, entre 2006 e 2012, o 1% mais rico do Brasil se apropriou de pouco menos de 25% da renda total, sendo que o 0,1% mais rico, por si só, ficou com 11% (MEDEIROS, SOUZA e CASTRO, 2016)

Conclusão

O Estado brasileiro, devido ao comportamento crescente da dívida pública, tornou-se refém da classe financeira. A receita neoliberal para garantir o pagamento dos juros da dívida foi instituir o superávit primário, sendo que o governo deve economizar em gastos sociais para honrar o compromisso dos juros. Esse processo coloca o orçamento do Estado em uma disputa acirrada, pendendo sempre para a fração financeira que exerce a sua hegemonia nas decisões governamentais. A dívida pública acaba sendo uma maneira de transferência de renda para as finanças, travando o Estado nos gastos sociais e diminuindo as possibilidades de uma ascensão social.

Desta forma, pode-se estabelecer – ainda que de forma incompleta – uma relação na qual a financeirização, atuando por meio da dívida pública, age como um mecanismo transferência de renda para as finanças. Como os detentores da dívida pública são principalmente os bancos os fundos mútuos e os 1 por cento da população, estes são os grandes apropriadores da riqueza produzida pela sociedade.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL. Relatório Anual do Banco Central - Boletim do Banco Central. Banco Central. Brasília - DF. v. 43, p. 1-248. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?id=BOLETIMANO&ano=2010>>. Acesso em: 02 fev. 2016. 2007.

BANCO CENTRAL. Relatório Anual do Banco Central - Boletim do Banco Central. Banco Central. Brasília - DF. v. 44, p. 1-253. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?id=BOLETIMANO&ano=2010>>. Acesso em: 04 fev. 2016. 2008.

BANCO CENTRAL. Relatório Anual do Banco Central - Boletim do Banco Central. Banco Central. Brasília - DF. v. 45, p. 1-237. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?id=BOLETIMANO&ano=2010>>. Acesso em: 04 fev. 2016. 2009.

BANCO CENTRAL. Relatório Anual do Banco Central - Boletim do Banco Central. Banco Central. Brasília - DF. v. 46, p. 1-239. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?id=BOLETIMANO&ano=2010>>. Acesso em: 07 fev. 2016. 2010.

BIN, D. Dívida Pública, classes e democracia Pós-Real. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Brasília: Universidade de Brasília - UnB, 2010.

BOVESPA. Dados de mercado. BM&FBOVESPA. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/servicos/market-data/consultas/dados-de-mercado/São Paulo>. Acesso em: 08 abr. 2016. 2016.

CARVALHO, C. E. Dívida pública, politizar o problema para derrotar a dominação dos credores. In: SICSÚ, J. Arrecadação (de onde vem?) e gastos públicos (para onde vão?). São Paulo: Boitempo, 2007.

CORNIA, G.A. The impact of liberalization and globalization on income inequality in the developing and transitional economies. Mimeo. University of Florence , 2001

FIORI, J. L. Neoliberalismo e políticas públicas. In: FIORI, J. L. Os moedeiros falsos. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. p. 211-223.

FMI. Fundo Monetário Internacional. World Economic Outlook Database. Disponível em: <<https://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2016/01/weodata/index.aspx>>. Acesso em: 07 fev. 2016. 2012.

FREITAS, A. A. D. O regime de acumulação com dominância financeira no capitalismo contemporâneo. Artigo apresentado no XIII Encontro Regional de Economia - ANPEC Sul 2010. Porto Alegre, p. 1-20. 2010.

FREITAS, M. C. P. D.; PRATES, D. M. Abertura financeira na América Latina: as experiências da Argentina, Brasil e México. Economia e Sociedade, Campinas, SP, v. 7, n. 11, p. 173-198, dezembro 1998.

GARAGORRY, J. A. S. Economia e Política no processo de financeirização do Brasil (1980-2006). Tese de Doutorado em Ciências Sociais - PUC/SP. São Paulo, p. 1-299. 2007.

GUTTMANN, R. As mutações do capital financeiro. In: CHESNAIS, F. A mundialização financeira: gênese, custos e riscos. Tradução de Carmem Cristina Cacciarro; Silvana Foá, et al. São Paulo: Xamã, 1998. p. 61-98.

GUTTMANN, R. Uma introdução ao capitalismo dirigido pelas finanças. Novos Estudos - CEBRAP, São Paulo , v. 82, p. 11-33, Novembro 2008.

HAYEK, F. O caminho da servidão. Tradução de Anna Maria Capovilla; José Ítalo Stelle e Liane de Moraes Ribeiro. 6ª. ed. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

NAKATANI, P. O papel e o significado da dívida pública na reprodução do capital. Primer Simposio Internacional Sobre Deuda Pública, Auditoria Popula Y Alternativas de Ahorro E Inversión Para Los Pueblos da América Latina. OID – Observatório

Internacional da Dívida. Anais..., Caracas, Venezuela. Disponível em: <http://www.cadtm.org/IMG/pdf/Paulo_Nakatani.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2016., 2006.

PALMA, J. G. The Revenge of the Market on the Rentiers. Why neo-liberal reports of the end of history turned out to be premature. *Cambridge Journal of Economics*, v. 33, n. 4, July 2009.

PANICO, C.; PINTO, A.; ANYUL, M. P. Income distribution and the size of the financial sector: a Sraffian analysis. *CAMBRIDGE JOURNAL OF ECONOMICS*, 36, 1 Março 2012. 1455-1477. Disponível em: <<http://cje.oxfordjournals.org/>>.

PIKETTY, T.; SAEZ, E. Income Inequality in the United States, 1913–1998. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 118, n. 1, 2003.

POCHMANN, M. O país dos desiguais. *Le monde diplomatique Brasil*, São Paulo, 2007.

POCHMANN, M.; GUERRA, A.; SILVA, R. A. Atlas da exclusão social no Brasil. São Paulo: Cortez, v. 3, 2004.

QUADROS, W. O encolhimento da classe média brasileira. Centro de estudos sindicais e do trabalho (CESIT) - Carta Social e do Trabalho, Tema: Estagnação econômica e mobilidade social no Brasil (1981-2005). Campinas, 2007.

QUADROS, W. 2009 a 2012: heterodoxia impulsiona melhorias sociais. Texto para discussão. IE/UNICAMP, Campinas, 2014.

QUADROS, W. J. D. Melhorias sociais no período 2004 a 2008. Texto para discussão nº176. IE/UNICAMP. 2010.

ROCHA, F. R. F.; MACÁRIO, E. A perversa concentração de renda via sistema tributário. *Revista de Políticas Públicas*, São Luís - MA, v. 18, n. 1, p. 195-204, Jan.-Jun. 2014.

TAYLOR, L. External Liberalization, Economic Performance and Distribution in Latin America and Elsewhere, UN/WIDER Working Paper N. 215 , World Institute for Development Economics Research, Helsinki, 2000.